

O capitalismo: obstáculo à educação enquanto projeto de emancipação humana

AUGUSTO PINHEIRO

augusto.pinheiro@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

As posições enunciadas neste artigo fundam-se, de forma clara e inequívoca, nas interpretações radicais de duas teorias da suspeição: a marxista (Karl Marx, Gregory Lukács e Guy-E. Debord), e a psicanalítica – as posições teóricas de certas correntes psicanalíticas politicamente implicadas (e.g. Quarto Grupo).

O texto inicia-se com uma retrospectiva crítica de século e meio da ordem social capitalista. Esta primeira secção inclui quatro partes: a) enquadramento genérico da dominação capitalista; b) crítica dos capitalismos de mercado e de estado; c) as expectativas desaparecidas dos anos 60 do século XX; d) crítica das últimas aventuras da “democracia” neoliberal.

Estabelecida esta crítica global do capitalismo, seguem-se alguns comentários relativamente aos retrocessos registados nas três últimas décadas no pensamento académico, sendo conferido especial destaque ao cerco organizado em torno da teoria marxista radical e da teoria psicanalítica.

Seguidamente, são explorados alguns dos dilemas e vicissitudes que ameaçam inviabilizar definitivamente o projeto de emancipação educativa na sociedade capitalista.

Em corolário, são consideradas algumas modalidades de pensamento, de resistência e de contestação na intervenção dos docentes e dos formadores, que permitam criar aberturas e organizar ações pedagógicas que se prestem à denúncia, resistência e contestação da mistificação alienante capitalista.

Palavras-chave:

Capitalismo; Educação; Marxismo; Teoria Psicanalítica

Abstract

Critical positions exposed along this article are sustained by two of the three *theories of suspicion*: a) Marxist theory (Karl Marx, Gregory Lukács e Guy-E Debord); b) Psychoanalytical theory, some trends of political implicated psychoanalysis (e.g. the *Fourth Group*).

The article starts with a critical review of a hundred and fifty years of capitalist domination. This first part includes four sections: a) generic theoretical framework of capitalist forms of domination; b) a critical account of market and state capitalism; c) the lost hopes of the sixties of last century; d) critical account of recent adventures of neoliberal “democracy”.

Based on this broad picture of capitalism, some comments will be sketched concerning the academic theories along the last thirty years, mainly in what concerns invectives against radical Marxism and psychoanalyses.

Follows an analyses of some dilemmas which seems to definitely threat education emancipatory interventions. Teachers may furnish students with means allowing them, in order to denounce, resist and fight capitalist alienation.

Key concepts:

Capitalism, Education, Marxism, Psychoanalytic Theory

1. O domínio pluriforme do sistema capitalista sobre a vida social

A progressiva expansão do projeto de controlo capitalista da vida social ocorreu ao longo de cerca de cento e quarenta anos, tendo sido definido por Marx e Engels como

[...] a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns, e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do estado e recebem uma forma política (2001: 74).

Esta progressiva apropriação e controlo da vida social pelo estado torna-se perceptível se considerarmos as seguintes análises de Marx e de Debord, redigidas respetivamente em 1851¹ e 1988.

Após o golpe de estado contrarrevolucionário de 1851, Marx denunciava a organização invasiva do estado nos *interesses comuns* dos cidadãos franceses e a sua concomitante separação da sociedade, durante a ditadura de Luís Bonaparte:

todos os interesses comuns foram desligados da sociedade, [tornando-se] opostos a ela a título de um interesse superior, geral, extirpados da iniciativa dos membros da sociedade, transformados em objeto da atividade governamental, desde a ponte, passando pela escola [...] até aos caminhos de ferro [...] e às universidades (1969: 43 e 44).

¹ Datas da primeira edição de *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*.

Cerca de cento e quarenta anos mais tarde, Debord referia-se, com amarga ironia, ao tom de alguma forma *bucólico* que tais afirmações adquiriram na nossa contemporaneidade, uma vez que as especulações do Estado de hoje abrangem a quase totalidade da vida social (cf. 1988: 32),

[...] as novas cidades, as autoestradas, a circulação subterrânea, a produção elétrico-nuclear, a exploração petrolífera, [a produção] de computadores, a administração dos bancos e dos centros socioculturais, as modificações da 'paisagem audiovisual', as exportações clandestinas de armas, a promoção imobiliária, as indústrias farmacêutica e agroalimentar, a gestão dos hospitais, os créditos militares e os fundos secretos das regiões, [especulação essa] que deve gerir os numerosos serviços de proteção da sociedade (Debord, 1988: 32 e 33).

O capitalismo autojustificava o domínio sobre a vida social com promessas de crescimento económico e de melhor distribuição da riqueza produzida. Essa autojustificação era produzida por dois discursos aparentemente antagónicos.

1.1. Capitalismo de mercado e de estado: duas faces da ordem social capitalista

No mundo *realmente reinvertido*², o verdadeiro é um momento do falso.

² Contrariamente às edições em língua portuguesa, o termo *renversé* é aqui traduzido pelo neologismo *reinvertido*, que parece trair menos o sentido do termo francês. Debord utilizou

Debord (1992: 6)

Até aos anos 60 do século XX, as esperanças no fim do domínio capitalista sobre a vida social estavam ofuscadas, pelo facto da verdadeira oposição social entre o trabalho e o capital se diluir no *espetáculo dos antagonismos entre sistemas políticos, que, na realidade eram solidários entre si* (Jappe, 1999:23).

Este equívoco era minoritariamente contestado pela crítica radical marxista. Debord caracterizara em 1967³ duas modalidades de organização capitalista que designou através das expressões *espetacular difuso* e *espetacular concentrado*, (1992: 36), ou seja, como acrescentaria num texto posterior, *duas formas, sucessivas e rivais do poder espetacular* (1988: 17). Debord distanciava-se das posições de autoproclamados marxistas, que consideravam como absolutamente distintas estas duas formas de sociedade: independentemente das especificidades de cada uma delas, *a verdade da sua particularidade reside no sistema universal que as contém: no movimento único que fez do planeta o seu campo, o capitalismo* (Debord, 1992: 36). A realidade última da burocracia leninista / estalinista residiu no facto de ter sido *a continuação do poder da economia, a salvação do essencial da sociedade mercantil mantendo o trabalho-mercadoria* (idem: 104). Essa classe burocrática foi a *classe dominante de substituição* que

assegurou a continuidade do sistema capitalista, tendo substituído a propriedade privada por um *subproduto simplificado e concentrado em propriedade coletiva da [própria] classe burocrática* (idem), tornando-se assim a única proprietária do capitalismo de estado (cf., idem: 72 e 73).

Em 1988, Debord criou a expressão *espetacular integrado*, que designa a fusão inovadora das duas variantes do mecanismo do estado capitalista. É essa nova organização interligada das duas modalidades do capitalismo que constitui *a sociedade que se anuncia democrática [...] parecendo ser admitida em todo o lado como a realização de uma perfeição frágil* (idem:30). Debord considerava esta época inédita, em que nenhuma força política ou sindical *nem sequer tentava fingir* que é urgente modificar algo de fundamental, uma vez que *a mercadoria já não pode ser criticada por ninguém* (cf. idem). Afinal, tinha sido extinta *essa inquietante conceção [...] segundo a qual uma sociedade podia ser criticável, transformável, reformável ou revolucionada* (idem: 31).

Um ano antes do movimento revolucionário de 1968, Debord já havia aprofundado esta análise do fim da impostura contida nas ideologias, quer dos capitalistas, quer dos dirigentes dos partidos burocráticos leninistas / estalinistas e das centrais sindicais por eles controladas.

intencionalmente o termo *renversé*, pois usou igualmente os termos *inversion* e *inverser*.

³ Data da primeira edição de *La société du spectacle*. Paris: Éditions Buchet-Chatel.

1.2. Os anos 60 do século XX: uma década de esperança revolucionária

O movimento revolucionário francês de 1968 fez tremer a ordem capitalista em diversos países industrializados, alastrando-se nesse mesmo ano e em 1969, ao norte de Itália, a diversas cidades dos Estados Unidos, ao Japão e, de um modo mais mitigado e incipiente, à República Federal da Alemanha.

Durante esta década, o capitalismo ainda não revelava a sua real incapacidade para prosseguir o desenvolvimento das suas forças produtivas, conseguindo fazer uma redistribuição dos bens produzidos de forma menos injusta do que no século anterior, o que parecia contradizer as esperanças daqueles que acreditavam numa revolução eminente, levada a cabo por um proletariado supostamente menos pauperizado (cf. Jappe, 1999: 16, 17). Contrariamente ao expectável, a crítica social colocou duas questões fundamentais e raramente formuladas, que Jappe enuncia da seguinte forma: *O que se faz com a enorme acumulação de meios de que a sociedade dispõe? A vida efetivamente vivida pelo indivíduo tornou-se mais rica?* (idem: 16). As respostas a tais questões eram negativas e conduziam à seguinte constatação: *Enquanto o poder da sociedade em seu conjunto [parecia] infinito, o indivíduo [encontrava-se] impossibilitado de administrar o seu próprio universo* (idem).

Ao invés de muitos ideólogos da esquerda de então, que consideravam o

progresso como causa de um inelutável destino sem esperança, Debord interpretou a situação de uma forma distinta: *a economia submeteu a vida humana a suas próprias leis* (idem) e por essa razão, *nenhuma mudança no interior da esfera da economia será suficiente enquanto a própria economia não for submetida ao controle consciente dos indivíduos* (idem: 16, 17). Jappe esclarece ainda que Debord fundava essa formulação na análise que desenvolveu, segundo a qual, *a economia moderna [...] enquanto esfera separada [derivava da natureza alienante] da mercadoria, do valor de troca, do trabalho abstrato e da forma-valor* (idem:17). Isto equivale a afirmar que Debord se inspirou nas teses do jovem Lukács que havia atualizado e aprofundado as explorações realizadas por Marx, adaptando-as às características da vida social do início do século XX. Por um lado, seguindo Lukács, Debord centrou-se quer na problemática da alienação, *considerada não como epifenómeno do desenvolvimento capitalista, mas sim como seu próprio núcleo* (idem: 17), quer na conceção correlata do *fetichismo da mercadoria*; por outro lado, seguia o teórico húngaro no que respeita ao fenómeno da reificação, essa mistificação económica *[...] surgida da relação mercantil [que] adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para a submissão de sua consciência às formas em que essa reificação se exprime, para as tentativas de*

compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar dos efeitos da 'segunda natureza' que surge desse modo (Lukács 2003: 198).

Entretanto, nada aconteceu que anulasse o que Lukács e Debord denunciavam. Todo o processo de emancipação humana parece atualmente inviabilizado pela reificação generalizada, a *segunda natureza* parecendo ganhar raízes como jamais as teve e estende-las como nunca. O desespero parece erodir todas as esperanças.

Aqueles e aquelas que se sentem invadir pelo desânimo por viverem neste mundo e nesta época, poderão reencontrar essa esperança que o desespero acalenta, recordando as palavras que Marx escreveu em 1843, numa carta dirigida ao seu amigo Ruge, cinco anos antes do povo parisiense se ter sublevado pela segunda vez em meio século e 28 anos antes da exemplar experiência revolucionária de 1871, a Comuna:

Não me irá dizer que eu estimo demasiado o tempo presente; e se no entanto não desespero, é apenas devido à sua própria situação desesperada, que me enche de esperança. (Marx in Mercier, 2010: 47).

1.3. Modalidades contemporâneas da dominação capitalista

A partir dos anos 90 do século passado, a falência do capitalismo de estado nos países *de leste* reanimou as ilusões dos regimes capitalistas *ocidentais*. Essas fantasias foram propaladas *ad nauseam* pelos diversos agentes oficiais e oficiosos, que sublinharam aplicada e reiteradamente o “sucesso” do

capitalismo de mercado. Inaugurava-se uma época de pensamento uno, incontestável porque incontornável. Foi a falência do *socialismo real* que gerou essa *consciência crédula* na economia capitalista de mercado, e que lhe permitiu encarar-se a si própria como a *vencedora da história* (cf. Kurz, 1993 a:7).

O capitalismo neoliberal vitorioso tem vindo a desenvolver um plano de privatização que visa atingir todos os serviços públicos, ou seja, visa organizar uma mercantilização de todas as atividades sociais que estavam sob controlo do estado. A intencionalidade principal do decréscimo da intervenção do estado nos serviços sociais é a de lutar contra os entraves ao *jogo do mercado*, abrindo espaços para as empresas, cujos critérios de gestão privada assegurariam assim uma *eficácia* acrescida, graças à sacralização da *razão instrumental*, que tudo deve controlar.

No entanto, este programa capitalista não contém apenas uma vontade de privatização, mas também inclui uma decisão de introduzir em todas as organizações públicas a racionalidade instrumental das empresas, a lógica gestonária, que tudo controla, não admitindo réplica. Enriquez analisa este aspeto alienante da ordem empresarial mercantil nos seguintes termos:

[...] para que a razão instrumental esteja sozinha no comando é indispensável que ela apareça como uma nova forma do sagrado ou, pelo menos, como um novo modelo na instituição onde a razão instrumental fala com

mais força, isto é, na empresa (1997: 8).

Segundo a retórica capitalista, remeter para *o mercado* as instituições de serviço público, otimizaria a distribuição equitativa dos recursos da sociedade e aumentaria a qualidade dos serviços, uma vez que o fim do *monopólio estatal* permitiria a livre concorrência, salvaguardando assim os direitos dos cidadãos.

Estas não-argumentações sobre a superioridade da economia de mercado, revelam apenas uma *nova polarização na relação de Estado e mercado como as duas instâncias fetiche*, (Kurz, 1993 b), uma nova forma de tentar ainda salvar o sistema capitalista da sua inevitável falência, uma vez que *por essa via os problemas não podem ser solucionados e apenas são adiados* (idem). Esse adiamento apenas permite antecipar um futuro violento que devastará eventualmente a ordem social capitalista, uma vez que *a economia de mercado, por fim e com inevitabilidade mortal se verá às voltas com aquilo que constitui o resultado de seu progresso cego e sem sujeito: a guerra civil* (idem).

2. Três décadas de retrocesso teórico

Quando as condições sociais se alteram, as seguem mais cedo ou mais tarde também as ideias. Essa constatação essencial da teoria crítica não se refere de modo algum apenas a uma mudança para melhor. No desenvolvimento capitalista, pode-se observar repetidas vezes o fenômeno de

que também as ideias se deterioram junto com as condições (Kurz, 2003 b).

As últimas duas décadas do século XX e o primeiro decénio do século XXI constituem uma época de acentuado refluxo, em que a relativização e recuperação das ruturas e inovações registadas ao longo do século passado, constituem um claro recuo teórico. Veja-se a este propósito a coletânea de textos produzidos por dezanove filósofos que adotaram uma das duas tradições desse *século filosófico*, designadas por *tradição continental* e *tradição anglo-saxónica* (Apel et al. 2000). Não fortuitamente, na nota introdutória desse volume, os editores advertem os leitores relativamente ao particular destaque conferido às *intrusões de outras modalidades da conceção do mundo* (idem) nos pensamentos marxista e freudiano.

2. 1. As teorizações marxistas

A crítica radical da sociedade capitalista viu-se reduzida a traços vestigiais e parcelares das teses marxistas, ou seja, das teses que visam a efetiva transformação da organização social. Para ilustrar a desvalorização e redução (leia-se recuperação) do pensamento marxista que devastou os melhores espíritos da academia, atente-se ao percurso do conceituado Veca. Após ter assumido abertamente, ao longo de grande parte da sua carreira, a sua posição de *herdeiro* do pensamento marxista, Veca produziu um balanço marcadamente negativo das teses de Marx. Para além de uma expressão de

reverência inoportuna a Marx enquanto um *grande filósofo clássico*⁴, Veca, (2000:596) reconhece-lhe o “mero” talento de se ter defrontado com *quatro ou cinco questões* (sic) árduas e ineludíveis. Não obstante ainda reivindicar essa herança, Veca faz uma avaliação que desvaloriza a relevância desse legado, segundo a qual, Marx apenas teria conseguido apresentar precárias respostas para tais questões, *no quadro de uma teoria ou de várias teorias altamente insatisfatórias* (idem, 2000: 596, 597). Este distanciamento de Veca face a Marx permitiu-lhe aceitar o liberalismo das teorias da justiça de Rawls, afirmando que para manter vivo o ideal da justiça social, é necessário sentir *o efeito de Marx apesar de Marx*, dado que essa questão seria *uma noção ausente, uma página branca no imenso livro* [leia-se obra] *de Marx* (Veca, 2000:605). Prosseguindo, Veca expõe nos seguintes termos o que considera ser um paradoxo do pensamento marxista: *apesar [de Marx] nos ter ensinado a reconhecer e a classificar os desafios globais da justiça internacional [...] nunca aceitou formulá-los em termos de justiça* (Veca, 2000: 609).

2.2. A teoria psicanalítica enquanto projeto de autonomia do sujeito /cidadão.

A teoria psicanalítica protege-se frequentemente da análise política, para que a teorização e a prática analíticas prossigam *em paz*. Este posiciona-

mento assenta no pressuposto de que existiria uma inconciliabilidade entre o sujeito e o cidadão, ou seja, uma incompatibilidade entre a psicanálise e o político. Algumas correntes psicanalíticas (e. g. *Quarto Grupo*) diferem dessa tendência maioritária, construindo *olhares cruzados* entre o sujeito e o cidadão e conceptualizando uma prática clínica enquanto *encontro criativo que reflete uma praxis implicada nas fronteiras da psicanálise e do político* (Dimon, 2009:6). Os textos de doze psicanalistas reunidos no livro *Psychalyse et Politique* exploram fecundas perspetivas, interrogando diversos aspetos da cidadania em termos políticos e psicanalíticos.

Atente-se aos propósitos de Peush-Lestrade, que funda a sua reflexão na hipótese avançada por Castoriadis de uma pluralidade da psique, a ideia de uma *estruturação histórica da psique em estratos nunca superados nem harmoniosamente integrados* (2009: 45). Peush-Lestrade acrescenta que esta estratificação *não se realiza uma vez por todas, mas sim diacronicamente*. Prosseguindo, este psicanalista sugere que *a estratificação irregular do ser é uma expressão da sua autocriação*, o que o conduz a formular o seguinte propósito desafiador: ao reducionismo metodológico de uma unificação de psicanalista, opõe-se a verdade específica dos estratos do ser / ente na sua diversidade irreduzível (idem: 45- 46). Funda-se nestas conceções toda uma interrogação entre *a verdade e a mentira na psicanálise e na política* (Peush-Lestrade 2009: 46) e a compatibilidade entre sujeito e cidadão, entre psicanálise e política é encarada como uma inevitável proble-

⁴ Cf. Afirmação inoportuna que constitui uma grosseira distorção repudiada pelo próprio Marx, e.g., (1968 e 2002).

mática, cuja complexidade é inerente às histórias da sociedade e do sujeito, e que Dimon formula na seguinte reflexão:

A psicanálise ilumina [...] o projeto de autonomia do sujeito que é um processo consubstancial ao socio-histórico mas considera que a política tem uma tarefa paradoxal porque se deve apoiar numa autonomia que ainda não existe (2009:7).

Esta posição psicanalítica politicamente implicada, assim como as suas práticas mais fecundas e arrojadas, têm sido implacavelmente cercadas, quer pelo cientismo moderno, quer pela moda das terapias comportamentalistas e cognitivo-comportamentalistas, que se caracterizam e inspiram na *ideologia do cada um por si em harmonia com a economia do mercado*, como afirma Roudinesco (2004) numa entrevista gravada num fórum psicanalítico. Roudinesco acrescenta que *a psicanálise, um movimento de emancipação nascido da experimentação angustiante de viver [...] que confronta os humanos com a sua finitude, defronta-se com os remédios regressivos de terapias que visam o condicionamento social. Os freudianos e todos os representantes do movimento psicanalítico são acusados com uma violência inédita* (idem).

Por seu lado, Cournut, salienta que a verdadeira razão da má reputação que a teoria psicanalítica adquiriu nas críticas cientistas recentes, reside no facto da psicanálise *levantar lebres e propor aberturas precisamente para lugares onde geralmente não se tem vontade de ir* (2000: 683). Cournut

traça ainda perspetivas negras para a psicanálise *num mundo cada vez mais medicamentado, informatizado, internetizado, robotizado e rápido* (2000: 691), mundo este cujas características conduzem o autor a colocar a seguinte questão: *será que os indivíduos ainda terão a oportunidade, a disponibilidade interior e o estado de espírito propícios para a aventura analítica?* (idem).

Esta interrogação é tanto mais inquietante quanto *o impossível ofício de educar* (cf. Cifali, 1987), envolve significativos riscos psíquicos, e os docentes necessitam de apoio especializado que os ajude a emanciparem-se e a permitir que os seus educandos se emancipem. Ora as terapias comportamentalistas e cognitivo-comportamentalistas visam mais a conformidade do que a emancipação.

3. Dilemas e adversidades da educação na sociedade capitalista

Em 1886, na 4ª Secção das *Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório* da Associação Internacional dos Trabalhadores, dedicada às reivindicações relativas à situação das crianças com mais de nove anos de idade, Marx e Engels, longe de reclamarem a total abolição do trabalho infantil, exigiam apenas uma diminuição drástica nas horas de trabalho das crianças. Embora estas contestações possam parecer a resistência possível naquela época, eram contudo partes integrantes da conceção marxista da luta contra a separação capitalista instaurada entre as diversas atividades da vida, nomeadamente entre o trabalho e o estudo. Por isso, essas instruções

prescreviam a ligação entre a educação o trabalho que as crianças desenvolviam, *trabalhando não só com as mãos, mas também com o cérebro* (Marx & Engels, 1886). Partindo desta conceção, neste documento era exigido que *nenhum pai ou empregador pudesse utilizar o trabalho juvenil, exceto quando combinado com a educação* (idem). Prosseguindo, os fundadores da histórica Associação acrescentavam:

Por educação entendemos três coisas: primeiramente a educação mental; em segundo lugar, a educação corporal, que deve ser efetuada em escolas e através de exercício militar; em terceiro lugar, o treino tecnológico⁵ que inclui os princípios gerais de todos os processos de produção, e, simultaneamente inicia a criança e o jovem na utilização prática dos instrumentos elementares de todos os ofícios (idem).

Na 4ª parte destas instruções, Marx e Engels expressavam a esperança de emancipação dos trabalhadores através deste projeto laboral / educativo, declarando que,

A combinação do trabalho produtivo pago, da educação mental, do exercício físico e do treino politécnico, elevará a classe trabalhadora muito acima do nível das classes altas e médias (Marx & Engels, 1886).

Estas instruções tiveram quase exclusivamente o significativo mérito de definirem um programa mínimo de luta contra a separação capitalista das atividades da vida humana, um projeto de ligação destas atividades separa-

das.

Mas os proprietários do mundo mercantil, tinham em mente um projeto com um sentido antípoda: em vez de considerarem a educação como um projeto emancipatório, empenharam-se em desenvolvê-la na separação, enquanto projeto de submissão e conformidade face à ordem capitalista.

Consequentemente, ao longo de cento e cinquenta anos de expansão capitalista, a educação formal e separada foi considerada uma necessidade incontornável para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Essa prioridade tinha um sentido oculto pelo discurso ilusionista da *escola para todos*, da *igualdade de oportunidades* produzido pelos ideólogos ao serviço do capital. Uma das intencionalidades – e não um mero efeito – da instituição escolar, consistia em assegurar a reprodução social, tal como Bourdieu e Passeron (1970) muito claramente analisaram no seu estudo já clássico, construindo uma teoria dessa função do sistema de ensino capitalista. Um ano mais tarde, Baudelot e Establet, produziram uma análise sobre as funções da escola capitalista francesa que mostrou ser assaz adequada aos restantes países industrializados. Estes autores sublinhavam a utilidade do sistema educativo enquanto aparelho ideológico de estado, enquanto fator decisivo na reprodução das relações de produção capitalista, indicando que as modalidades de funcionamento da escola *assentavam na separação escolar [ou seja], a separação entre as práticas escolares e o trabalho produtivo* (Baudelot & Establet, 1971: 298).

⁵ No texto alemão, é utilizada a expressão *treino politécnico*.

Presentemente assiste-se a uma promoção demagógica da escola privada; para o devido efeito, são estabelecidos *rankings* que hierarquizam as escolas em função da avaliação do desempenho dos alunos e dos professores, segundo critérios enviesados, que não têm em conta diversos fatores, de entre os quais se destaca a origem social dos alunos que frequentam as escolas assim hierarquizadas.

Mesmo que se mantenham públicas, as instituições educativas deverão seguir a lógica mercantil. Ao analisarmos os discursos dos políticos neoliberais, não nos defrontamos com uma argumentação de apoio a uma demonstração da suposta superioridade desta posição, mas antes com duas fórmulas que se misturam e completam: a adesão acéfala à ideologia neoliberal, segundo a qual existe *a priori* uma superioridade do mercado, e uma denúncia infundada do caráter ilegítimo do serviço público.

Que esperanças poderemos depositar nas potencialidades da educação para cumprir a sua promessa de autonomização do sujeito e do cidadão, nesta época em que, mais do que para as gerações anteriores, todas as esperanças de emancipação da humanidade contemporânea parecem desmoronar-se?

A contra corrente da conceção segundo a qual os humanos são o produto das circunstâncias e da educação e que, conseqüentemente, os humanos transformados seriam os produtos de outras circunstâncias, os educadores deverão estar cientes de que são os humanos que mudam as circunstâncias e de que eles próprios têm necessidade de se educarem (cf. Marx e Engels,

2002, tese nº 3) ao longo da vida, para ousarem desenvolver uma *prática transformadora*, que contribua para causar os maiores danos possíveis à dominação dos humanos pela lógica capitalista.

De forma concomitante, nestas circunstâncias socio-históricas tão adversas, os formadores e os docentes, enquanto sujeitos / cidadãos, terão que mobilizar os seus *recursos internos* de forma a conseguirem organizar uma *deceção construtiva*, ou seja, a elaboração desse *movimento de deceção* que, lhes permita assegurar a devida contestação do poder, da hierarquia e da *nesciência* académica, em vez de deprimirem ou de se *híper adaptarem*, (cf. Pereira, 1990, pp. 2-11), de se submeterem.

Estas tarefas modestas e exíguas são no entanto mais lúcidas do que as tentativas de reformar o sistema capitalista através da educação, uma vez que, tal como refere Mészáros, *o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistémica, é totalmente incorrigível* (2009: 27). Resta aos docentes e formadores lutar contra a alienação, e, *desviando* uma afirmação deste autor⁶, é dever dos docentes e formadores produzir tanta inconformidade e não-consenso quanto forem capazes, tentando desobedecer aplicada e atempadamente aos próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. De forma sucinta, e

⁶ Desvio da formulação de Mészáros, sobre a função histórica da educação formal que tem consistido em *produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados* (2009: 45).

retomando os propósitos formulados pelo notável La Boétie, os docentes e formadores revolucionários, devem recusar determinadamente servir a dominação da lógica mercantil e contestá-la ao máximo, sob pena de serem *servos voluntários* da ordem tirana do capital. A estes trabalhadores intelectuais cujos utensílios são o pensamento e portanto as palavras, cabe também a tarefa da compreensão clara dos seguintes aspetos: em primeiro lugar, *as palavras trabalham por conta da organização dominante da vida* [...], em segundo lugar, *o poder só confere um falso bilhete de identidade às palavras, impondo-lhes um salvo-conduto e determinando-lhe o seu lugar na produção intelectual* (cf. Coletivo I.S. nº8, 1963: 29); em terceiro lugar, a utilização das regras da linguagem dominante e do gosto que elas educam retiram a fluidez à linguagem, tornando-a fechada e indireta (cf. Debord, 1999: 156); ou seja,

as palavras coexistem com o poder numa relação análoga ao que os proletários [...] podem manter com o poder, sendo utilizadas quase a tempo inteiro com todo o sentido e com todo o non-sense (Coletivo I.S. 1963: 31).

A compreensão destes aspetos, deve conduzir consequentemente quer a uma obstinada entrega à vigilância constante dos sentidos conferidos às palavras utilizadas no linguajar quotidiano da profissão docente, quer a uma cultura de *insubmissão das palavras*, [da] *sua fuga*, [da] *sua resistência aberta* (cf. Coletivo I.S. nº8, 1963: 29).

Paralelamente aos seus empenhados esforços para *libertar a linguagem restituindo-lhes fluidez*, os docentes e formadores deverão implicar-se, não propriamente no estudo meramente descritivo e interpretativo dos aspetos educativos da vida quotidiana, projeto que estaria condenado a nada discernir sobre as suas problemáticas e vicissitudes, mas antes no estudo desses aspetos da vida quotidiana com o fim explícito de os transformar (cf. Marx, 2002, tese nº 11 e Debord, 1961: 20). Deverão ainda implicar-se na *guerra de descolonização da vida quotidiana* (cf. Coletivo I.S. nº8, 1963: 28), adotando as posições e práticas da Investigação-Ação, enquanto *ação ou atitude de intelectual que tomando consciência de pertencer à sociedade e ao mundo de seu tempo, renuncia à posição de simples espectador e coloca seu pensamento e sua arte ao serviço de uma causa* (Barbier, 1985: 97).

Referências bibliográficas

Barbier, R. (1985). *Pesquisa-Ação*. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

Baudelot, C. & Establet, R. (1971). *L'école capitaliste en France*. Paris: Librairie François Maspero.

Bourdieu P. & Passeron J.-C. (1970). *La reproduction. Eléments pour une théorie du système enseignement*. Paris : Éditions de Minit.

Cifali, M. (1987). L'infini éducatif. In M. Fain, J. Cournut, E. Enriquez &

M. Cifali. *Les trois métiers impossibles*. Paris : Société d'Édition "Les Belles Lettres".

Coletivo (1963). All the king's men. *Internationale Situationniste*, n° 8, pp. 29-33.

Cournut, J. (2000). Bilan d'un siècle de psychanalyse. In K.-O Appel, E. Bellone, C. Chevalley, G.A. Cohen, J. Cournut, A de Libera, V. Descombes, P. Engel, P. Guenancia, J. Habermas, K. Mulligan, F. Récanati, P. Ricoeur, J.B. Schneewind, J. Searle, S. Veca, M. Walzer, D. Wildlöcher. *Un siècle de philosophie*. Paris : Gallimard / Centre Pompidou.

Debord, G. (1992) [1967]. *La société du spectacle*. Paris : Éditions Gallimard.

Debord, G. (1988). *Commentaires sur la société du spectacle*. Paris : Éditions Gérard Lebovici.

Debord, G. (1961). Perspectives de modifications conscientes dans la vie quotidienne *Internationale Situationniste*, n°6, pp. 20-27.

Dimon, M.-L. (2009). Introduction. In M.-L. Dimon (Ed.). *Psychanalyse et politique*. Paris: L'Harmattan.

Enriquez, E. (1997). Os desafios éticos nas organizações modernas. *Revista de Administração de Empresas*. [online]. 1997, vol.37, n.2, pp. 6-17.

Fonte PDF: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v37n2/a02v37n2.pdf>

Jappe, A. (1999). *Guy Debord*. Petrópolis: Editora Vozes.

Kurz, R. (2003). Acabou-se a brincadeira. *Krisis*. Fonte html: <http://grupokrisis2003.blogspot.pt/2009/06/acabou-se-brincadeira.html>

Kurz, R. (1993 a). As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. *Estudos avançados*, vol.7, n.18, pp. 7-41. Fonte PDF: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v7n18/v7n18a02.pdf>

Kurz, R. (1993 b). Adeus à economia de mercado. *Krisis*. Fonte html: <http://grupokrisis2003.blogspot.pt/2009/06/adeus-economia-de-mercado.html>

Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

Marx, K. (1968) Carta a J.B. Schweitzer, Londres, 24 janeiro de 1865. In Anexo I, *Misère de La Philosophie. Réponse à la Philosophie de la misère de Proudhon*. Paris : Éditions Sociales.

Fonte PDF: <http://classiques.chez-alice.fr/marx/misere.pdf> (versão digital realizada por Jean-Marie Tremblay, a partir do texto originalmente redigido em francês por Marx).

Marx, K. e Engels, F. (2002). *Theses on Feuerbach*. Nova tradução realizada por Cyril Smith e Don Cuckson a partir do original alemão editado

em 1924. Fonte html:

<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/theses/>

Marx, K. (1969). *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris : Éditions Sociales.

Marx, K. & Engels, F. (2001). *A ideologia alemã*. São Paulo : Livraria Martins Fontes Editora.

Marx, K. & Engels, F. (1866). Instructions for the Delegates of the Provisional General Council. The International Workingmen's Association. *The International Courier* Nos. 6/7. Fonte html:

<http://www.marxists.org/history/international/iwma/documents/1866/instructions.htm#a>

Mercier, M. (2010). Le cinéma est mort : il ne peut plus y avoir de films. *24 images, Numéro 129, octobre-novembre 2006, p. 46-47* Fonte html :

<http://id.erudit.org/iderudit/10162ac>

Mészáros, (2009). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Pereira, F. (1990). Hiperadaptação ou decepção construtiva: juventude e trabalho. Conferência não publicada proferida na ESE de Setúbal.

Peush-Lestrade. J. (2009). A contre-courant de l'incompatibilité du sujet et du citoyen. In M.-L. Dimon (Ed.). *Psychanalyse et politique*. Paris:

L'Harmattan.

Roudinesco, E. (2004). La psychanalyse assiégée ? Entrevista conduzida por Jacques Tarnero, a 12/03/2004, gravada e publicada em *Science Actualités.fr*

Acesso livre à audição da entrevista gravada:

<http://www.universcience.fr/fr/science-actualites/interview-as/wl/1248100314762/entretien-avec-elisabeth-roudinesco-la-psychanalyse-assiegee/>

Veca, S. (2000). Marx et l'idée de justice. In K.-O Appel, E. Bellone, C. Chevalley, G.A. Cohen, J. Coenut, A de Libera, V. Descombes, P. Engel, P. Guenancia, J. Habermas, K. Mulligan, F. Récanati, P. Ricoeur, J.B. Schneewind, J. Searle, S. Veca, M. Walzer, D. Wildlöcher. *Un siècle de philosophie*. Paris : Gallimard / Centre Pompidou.

Nota biográfica

Augusto Pinheiro, Licenciado em Psicologia da Educação pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Mestre em Psicologia da Educação pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada e Doutorando em Psicologia pela Universidade de Provence. É Coordenador do Mestrado em Educação Pré-Escolar na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e Responsável pela docência de cinco Unidades Curriculares no Mestrado em Educação Pré-Escolar da mesma instituição.

Interesses principais:

- a) A análise crítica dos dilemas e dos paradoxos dos ofícios do humano.
- b) Pensamento político: a teoria da alienação e da reificação e a teoria crítica do valor – Karl Marx; György Lukács; Theodor Adorno; Max Horkheimer; Guy Debord; Robert Kurz; Anselm Jappe.
- c) O desenvolvimento de projetos de investigação-ação nos contextos de educação da infância.